



PROJETO DE LEI № 091/2018

Determina sobre a obrigatoriedade de entes públicos e privados afixarem placas informativas, com dados a respeito da manutenção, vistoria técnica e riscos quanto à utilização de conjunto de brinquedos e demais atrações existentes em parques de diversões, buffets infantis, circos e assemelhados em local visível para público e dá outras providências.

Art. 1º - Fica estabelecida nesta lei a obrigatoriedade de afixação de placas informativas, com dados relacionados à manutenção, vistoria técnica e riscos quanto ao uso de conjunto de brinquedos em parque de diversões, buffets infantis, circos, shoppings centers e assemelhados, sejam eles onerosos ou gratuitos, fornecidos por entes públicos ou privados, em locais visíveis ao público.

- Art. 2º Deverá constar nas placas de cada brinquedo os seguintes conteúdos informativos:
- restrições quanto à idade, tamanho e peso;
- II- restrições médicas ou de saúde;
- III- orientações específicas sobre o uso;
- IV- procedimentos de segurança na utilização do equipamento;
- V- eventuais riscos inerentes a sua utilização;
- VI- data da realização da última vistoria;
- VII- data em que deve ser realizada a próxima vistoria;
- VIII- nome do profissional técnico em engenharia responsável pela vistoria com seu respectivo número de inscrição no Crea e
- IX- a supervisão de adulto responsável, caso haja necessidade.

Avenida padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo – CEP 69.027-020 Fone: 3303-2828 / 3303-2829 – E-mail:felipe.souza@cmm.am.gov





Art. 2º - O prazo para regularização dos estabelecimentos será de 45 dias, a contar da data da vigência desta lei, estando sujeitos às penalidades cabíveis.

Art. 3º -A inobservância desta Lei acarretará no pagamento de multa no valor de 30(trinta) UFM para cada brinquedo que não estiver nos termos desta lei, que deverá ser aplicada e cobrada pelos setores competentes da Prefeitura Municipal de Manaus.

Art. 4º - O Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 5º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 9 de abril de 2018.

Vereador - PHS





JUSTIFICATIVA

Em virtude da ampla gama de brinquedos e aparelhos recreativos ofertados no atual mercado de diversão e entretenimento, inclusive restritos à utilização de determinada idade e/ou circunstância de saúde, verifica-se a necessidade de regulamentação de sua utilização, bem como a fiscalização em tempo hábil da manutenção dos mesmos, a fim de servir como informativo aos usuários e controle de riscos.

Convém considerar que prestar informações sobre brinquedos e atrações existentes em parques de diversões, onde não raro acontecem acidentes, é uma forma de alertar a população e, consequentemente, proteger e defender a saúde de todos.

Nesta senda, na certeza de que cabe ao Poder Público a fiscalização do atendimento dos padrões de segurança, visando efetivar seu papel de gestor e garantidor de normas, o presente projeto visa coibir o uso incorreto dos brinquedos e a falta de manutenção dos mesmos, de modo sejam permanentemente realizadas vistorias, além de atentar a população dos riscos e requisitos para sua utilização.

Acredita-se que a medida proposta, levando informações para o público sobre a manutenção dos brinquedos e das atrações, dados dos laudos de vistorias, bem como informações complementares sobre riscos para a saúde, terminam por auxiliar as decisões das pessoas no instante de desejarem ou não ingressar numa dessas diversões. Além do que, o fato do local estar obrigado a indicar tais informações publicamente é também um elemento a mais para garantir que as vistorias e manutenções sejam feitas no tempo certo.

Dessa forma, a norma em tela tem por escopo estabelecer a obrigatoriedade de placas com informações técnicas pertinentes a segurança dos brinquedos. Com a instalação destes informativos, contendo, dentre outros pontos, o responsável técnico e as datas de vistoria e vencimento, de forma que os usuários também poderão fiscalizar os requisitos legais.





Por fim, considerando os benefícios desta propositura e, ainda, pela magnitude do tema, submeto este Projeto de Lei ao crivo desse Poder e o apoio incondicional dos nobres pares para aprovação.

Plenário Adriano Jorge, 9 de abril de 2018.

FELIPE SOUZA Vereador - PHS